

Notas e informações

O maior mal da crise

Ninguém de bom senso haverá de supor que o senador Jutahy Magalhães deixou de ouvir pelo menos um dos ministros da área econômico-financeira, antes de apresentar, ao projeto de lei do Executivo que dispõe sobre rescisão de contratos de trabalho e se encontra em fase adiantada de tramitação no Congresso, a emenda que foi objeto de comentário nestas notas, na edição de anteontem.

A emenda Jutahy Magalhães há de ter apoio dentro do governo. Mas, vê-se agora, só de *uma parte* do governo. Pois, com a facúndia que o vem distinguindo nestes últimos tempos, o ministro do Trabalho já manifestou seu ponto de vista contrário à proposição do senador baiano. Dir-se-ia que o espírito do Pacheco baixou sobre o sr. Murillo Macedo, levando-o a informar: "A livre negociação não ocorre no vácuo; exige pré-condições, tanto do lado econômico quanto do lado institucional. No Brasil de hoje (...), envolvido com uma inflação de mais de 100% ao ano e sem perspectivas de recuo a curto prazo, temos de meditar bem o que significaria, a cada 12 meses, sentar-se à mesa para negociar tudo o que foi corroído pela inflação...". E mais, que a livre negociação geraria gigantesco atrito entre as partes. Que é que quer então o bravo ministro? Que a lei salarial, cuja maternidade reivindica, continue a fazer vítimas? Tornou-se ele, confessadamente, um arquiteto do caos? "A atual legislação sobre salários", advertia há dois anos o professor Affonso Celso Pastore, "é boa para quem consegue manter-se no emprego". Ora, é evidente que o aumento dos índices de desemprego resulta, em boa medida, dessa legislação, que funciona ainda como fator de realimentação da inflação. O ministro do Trabalho se revela incapaz de situar-se na posição dos assalaria-

dos. Se dependesse, no fim de cada mês, de um *hollerith* para saber se sobrevive, estaria seguramente batendo palmas à emenda Jutahy Magalhães.

O episódio focalizado vale como excelente amostra do descompasso que acomete a ação governamental, impedindo que se torne eficiente. Não há comando. E, não havendo, os ministros de Estado se comportam como músicos que integram uma mesma orquestra, executando, porém, cada um sua partitura particular, enquanto o maestro gasta o melhor de seu tempo a *coordenar* o nome de quem o substituirá, empunhando afinal a batuta que ele não usa. Se os tempos fossem de *vacas gordas*, seria possível esperar o decurso desses 21 meses e pouco mais que faltam para terminar o longo mandato do general João Baptista Figueiredo na Presidência da República. Mais tarde, tudo haveria de mudar, com a formação de um governo afinado consigo mesmo e com a realidade nacional. Acontece que os tempos são de *vacas magérrimas*. Não é possível esperar pela solução de problemas que o próprio Executivo criou (como o dessa incrível, demagógica e antieconômica lei salarial) e não sabe resolver, porque os ministros discutem entre si e não se põem de acordo sobre questões fundamentais para o êxito da administração, e *falta coragem* para decidir, quando alguém bem situado, como o sr. Murillo Macedo, resolve bancar o populista.

Quem fala pelo Brasil lá fora, enquanto se discute a renegociação da dívida externa? Muita gente; e gente que não se dá ao trabalho de conversar entre si, para chegar a um consenso que expresse o interesse nacional perante credores que não têm a menor intenção de ver este país afundar, nau-

fragado nos débitos colossais que contabilizou desde que se convenceram seus governantes de que era uma "ilha de prosperidade" no mundo em recessão. O resultado de tamanha aventura desencadeada com a tentativa insensata de executar um oneroso e pomposo Plano Nacional de Desenvolvimento rascunhado pelo sr. João Paulo dos Reis Velloso e passado a limpo pelo general Ernesto Geisel, em longas noites de vigília incompetente — o resultado dessa aventura está aí, à vista de todos. Haveria como remediar os males que caracterizam conjuntura tão sombria? Claro que sim. Mas de que maneira, se os homens a quem incumbiria aplicar a terapia adequada, efetuado o diagnóstico correto, perdem seu tempo discutindo, guerreando-se, disputando posições, apostando prestígio palaciano? A desordem é tamanha que o presidente do novo comitê assessor formado pelos bancos credores do Brasil vai sugerir a designação de um único porta-voz nas negociações que têm de ser entabuladas com as instituições financeiras internacionais.

Assim, não é de estranhar que, em torno dos titulares do poder, surjam boatos e versões que se cruzam no ar e instalam no País a perplexidade geral. Está doente o presidente da República? Vai renunciar? Está são? Vai continuar? Já *coordenou* seu sucessor? Ou quer prosseguir, chefe de Estado, implantado o parlamentarismo (à francesa)? Vai mal, o Brasil; mas não por culpa do povo, que sofre e tudo suporta com estoicismo e conformidade, e sim — exclusivamente — porque se perderam os homens que assumiram, sem o respaldo que decorre do exercício do mandato popular (e talvez por isso mesmo), a árdua missão de conduzi-lo a seu destino.